



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS BALANÇO PATRIMONIAL 2021

1. Contexto Operacional

O Serviço Social do Comércio – Administração no Estado de Minas Gerais, Sesc em Minas, inscrito no CNPJ nº 03.643.856/0001-73, é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo desenvolver diversas atividades cuidadosamente elaboradas nas áreas de educação, saúde, cultura e assistência, cultivando diariamente a perspectiva de horizontes mais amplos. Projetos que contribuem para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos comerciários, seus dependentes e da comunidade.

Fundado pela Confederação Nacional do Comércio em 13 de setembro de 1946, o Sesc, instituição privada e mantida pelos empresários do comércio. Em Minas Gerais, desde 27 de junho de 1948, atua em todas as regiões do estado.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que abrange a Lei nº 4.320/64 e por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.11, com adaptações à Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

As Resoluções Sesc nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o CODECO, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência compulsória a partir de 2018.

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico. Estas demonstrações são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição.

As Demonstrações Contábeis são aprovadas na reunião do Conselho Regional em conformidade com a legislação pertinente e incorpora o processo de transparência da Instituição. A Resolução Sesc nº 1.410/2019, de 25 de abril de 2019, determinou a Administração Compartilhada na Administração Regional no Estado de Minas Gerais e nomeou Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante para exercer a Presidência do Conselho Regional do Sesc em Minas por 90 dias. a Administração Compartilhada na Administração Regional no Estado de Minas Gerais foi prorrogada por mais 90 dias por meio das Resoluções do Conselho Nacional nº 1.417/2019, de 16 de julho de 2019, nº 1.425/2019, de 16 de outubro de 2019, nº 1.428/2020, de 13 de janeiro de 2020, nº 1.431/2020, de 3 de abril de 2020, nº 1.442/2020, de 25 de junho de 2020, nº 1453/2020, de 18 de setembro de 2020, nº 1459/2020, de 11 de dezembro de 2020, nº 1463/2021, de 08 de março de 2021 e nº 1488/2021, de 21 de setembro de 2021.

Considerando a decisão judicial nº 1.0000.133278-8/00021 proferida pela 19ª câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no dia 16 de dezembro de 2021, que suspende o afastamento cautelar do Presidente eleito para quadriênio 2018-2022 da Fecomércio MG, foi emitido em 17 de dezembro de 2021 o Termo de Retorno do Presidente Lazaro Luiz Gonzaga. Diante da decisão judicial, foi emitido a Resolução CNC Sesc nº 1.500/2022, de 4 de janeiro de 2022, que extingue a Administração Compartilhada na Administração Regional no Estado de Minas Gerais.

Compõem este relatório os seguintes Demonstrativos Contábeis e Orçamentários:

- Balancete de Verificação Quadrimestral – antes e depois do encerramento do exercício;
- Demonstrativos da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa;
- Demonstrativos das Receitas e Despesas por Atividade;
- Balancete Financeiro Mensal;
- Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro;
- Demonstrativo dos Atos Potenciais;
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária Acumulada;
- Razão das Contas 3.9.9.1.1 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas;
- Razão das Contas 4.9.9.1.1 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas;
- Quadro – Despesa Corrente X Receita Corrente - OF CF 148-18 e 54-19;
- PC 1 – Quadro Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
- PC 2 – Quadro Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Natureza de Gasto;
- PC 3 – Balanço Orçamentário;
- PC 5 – Balanço Financeiro;
- PC 6 – Balanço Patrimonial Comparado;
- PC 7 – Demonstração das Variações Patrimonial;
- PC 13 – Demonstrativo das Receitas de Serviços Realizada por Programa, Atividade, Modalidade;
- PC 14 – Demonstrativo das Despesas Correntes Realizadas por Programa e Atividade;
- PC 15 – Demonstrativo das Despesas de Capital Realizadas por Programa e Atividade;
- Declaração de Conformidade Financeira e Patrimonial;
- Pré-Balancete Sintético antes e depois do encerramento do exercício.

Os demonstrativos contemplam as movimentações de todas as unidades operacionais do Sesc em Minas Gerais.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é exigido o uso de estimativas e a adoção de premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Instituição, quando relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado.

b. Mudança de estimativa e retificação de erro

De acordo com a NBC TG 23, a mudança de estimativa contábil é um ajuste nos saldos contábeis de ativos ou de passivos que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. As alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações e, portanto, não são retificações de erros. Sujeito ao disposto no item 37, a mudança deve ser reconhecida pelo ajuste no correspondente item do ativo, do passivo ou do patrimônio líquido no período da mudança.

2.3. Pressuposto de Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sesc em Minas conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos meses.

No mês, o Sesc em Minas apresentou um superávit patrimonial de R\$ 26.985.040,05, encerrando o exercício com um superávit patrimonial no montante de R\$ 93.709.481,49 e, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 717.753.810,83.

3. Principais práticas contábeis

As escriturações contábeis foram realizadas através de processamento eletrônico, por meio do Sistema de Gestão Financeira – SGF, sendo os registros processados com regularidade no decorrer do período financeiro e em observância das formalidades legais.

As políticas foram aplicadas de forma consistente, salvo disposição em contrário, e evidenciados nas demonstrações contábeis.

O exercício financeiro contábil e orçamentário coincidirá com o ano civil. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações estão definidas a seguir:

a. Reconhecimento das receitas e das despesas

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

O exercício financeiro se desenvolve através do orçamento-programa e dos créditos adicionais, que equaciona os recursos e sua aplicação.

O orçamento-programa abrange o plano anual de administração, e tem por finalidade assegurar os meios necessários para se atingir os objetivos e metas expressas no programa de trabalho.

A estimativa da receita compulsória é elaborada pelo Departamento Nacional e comunicada às Administrações Regionais.

As receitas de Contribuição Social Compulsória são transferidas mensalmente pelo SESC Nacional para a Instituição, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebidas no mês seguinte.

Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) originadas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País — ao SESC Nacional, que, por sua vez, repassa os recursos às Administrações Regionais do Sistema SESC.

O controle orçamentário das receitas e despesas e o acompanhamento de sua execução são processados através de registros próprios e sistemáticos, de forma a permitir, em qualquer momento, o conhecimento do montante arrecadado e o saldo da respectiva dotação orçamentária.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

- Ativos financeiros não derivativos

A Instituição reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos auferidos no período, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Almoxarifado

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição, e o valor realizável líquido.

Os estoques da instituição são compostos, basicamente, por materiais destinados ao consumo próprio e realização das atividades das unidades operacionais.

- Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Instituição se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Instituição baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

A Instituição classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

O Sesc em Minas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outros créditos a liquidar.

Fornecedores e outras créditos a liquidar

Trata-se de obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, e o passivo correspondente.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Instituição. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas, tem como base a Resolução nº 1246/2012 do SESC – Departamento Nacional, que para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios de propriedade plena	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

d. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, sendo provável que, para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passe a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 R1 e consideram as premissas definidas pela Administração da Instituição.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro de curto prazo se a Instituição tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

O Serviço Social do Comércio de Minas Gerais – Sesc em Minas é um dos patrocinadores do plano de benefícios FCEMG, administrado e executado pela SUPREV – Fundação Multipatrocinada de Suplementação Previdenciária.

Os custeios dos planos de benefícios são de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes, inclusive os assistidos, e em hipótese alguma a contribuição normal da patrocinadora excede a do participante, ou seja, respeita a paridade em conformidade com a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

Conforme Convênio de Adesão firmado entre a SUPREV e as Patrocinadoras Conveniadas (FCEMG, SESC E SENAC) em 01/10/1999 e, ratificada no Termo de Responsabilidade, firmado junto à Secretaria de Previdência Complementar, as Patrocinadoras Conveniadas assumiram, de forma solidária, a responsabilidade pelo Déficit Técnico Atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão – Sistema FCEMG.

Desde o exercício 2011, o Sesc em Minas procede à provisão de Compromissos Especiais decorrentes de avaliações atuariais do Plano Misto de Benefícios da SUPREV, plano de aposentadoria complementar dos empregados. Trata-se de responsabilidade passiva decorrente de recálculo dos compromissos.

Anualmente a empresa responsável pela avaliação atuarial, emite um parecer com os valores dos déficits de cada Patrocinadora dos Planos de Benefícios – Sistema FCEMG e com base na correspondência da avaliação atuarial a Instituição procede os registros pertinentes.

f. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Com base em avaliação preliminar, para a Instituição não há impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48.

g. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas anuais variam de 4% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

São disponibilidades imediatas em caixa, bancos e aplicações, cuja posição encontra-se a seguir:

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES						
DESCRIÇÃO	NOVEMBRO		DEZEMBRO		VARIÇÃO NOV/21 X DEZ/21	
	EM R\$	%	EM R\$	%	EM R\$	%
Caixa	87.023,93	0,01	78.345,28	0,01	-8.678,65	- 9,97
Bancos Conta /Movimento	225.674,25	0,03	253.532,09	0,04	27.857,84	12,34
Aplicações Financeiras	686.689.837,95	95,37	685.823.064,93	95,10	-866.773,02	- 0,13
Bancos Conta /Vinculada	32.998.486,56	4,58	35.026.673,48	4,86	2.028.186,92	6,15
Numerário em Trânsito	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO DISPONÍVEL	720.001.022,69	100	721.181.615,78	100	1.180.593,09	0,16

DESCRIÇÃO	2020		2021		VARIÇÃO 2020 X 2021	
	EM R\$	%	EM R\$	%	EM R\$	%
Caixa	60.819,73	0,01	78.345,28	0,01	17.525,55	28,82
Bancos Conta /Movimento	552.604,86	0,09	253.532,09	0,04	- 299.072,77	- 54,12
Aplicações Financeiras	598.974.996,31	97,54	685.823.064,93	95,10	86.848.068,62	14,50
Bancos Conta /Vinculada	14.482.898,03	2,36	35.026.673,48	4,86	20.543.775,45	141,85
Numerário em Trânsito	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO DISPONÍVEL	614.071.318,93	100	721.181.615,78	100	107.110.296,85	17,44

Caixa

Em atendimento à exigência do CODECO e, considerando a Circular Normativa 14/2021 de 10/08/2021, as Unidades do Sesc em Minas, possui Comissões de Conferência de Valores Existentes no Caixa, que após a conferência /contagem dos valores em Caixa na unidade, emite um Termo de Conferência com aval de no mínimo 3 (três) membros, entre titulares e suplentes, garantindo a idoneidade do procedimento de conferência.

Os Termos de Conferência de Caixa integram as demonstrações e Prestações de Contas Mensais das Unidades Operacionais. Os Termos das Unidades Operacionais são acompanhados do relatório "Controle de Saldos", extraído do módulo Tesouraria no Sistema de Gestão Financeira – SGF.

Os Controles de Saldos passam pela verificação mensal dos saldos nas Prestações de Contas das Unidades Operacionais do Regional, estando os mesmos de acordo com os registros contábeis e com o disposto na letra C do Art. 51 do Código de Contabilidade e Orçamento. Considerando o volume de arrecadação de receita, os saldos constantes nos caixas das Unidades Operacionais que passaram superiores aos limites fixados em ato próprio, Resolução CR nº 07/2019, serão depositados no 1 dia útil do mês subsequente, conforme disposto no Art. 72, parágrafo 2º do CODECO.

Bancos e aplicações financeiras

Bancos C/Movimento

Em maio de 2021, tivemos um crédito na conta corrente do SESMT (818-003-000000245-5) no valor de R\$ 5.566.680,00 referente a uma doação advinda do Ministério Público do Trabalho, com a finalidade de aquisição e entrega de cestas básicas às famílias de Brumadinho/MG, Projeto Prato Cheio, por meio do Programa Mesa Brasil. O órgão e a finalidade do crédito foram identificados após a virada do mês, sendo aplicado no 1º dia útil do mês subsequente, até que a Instituição cumpra os trâmites de aquisição e entrega das cestas.

No mês de dezembro de 2021, a Conta Movimento da Instituição finalizou com um saldo de R\$ 253.532,09.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, bancos oficiais autorizados pelo Conselho Nacional, conforme disposto no art. 35 do Regulamento do Sesc.

O Sesc em Minas adota o perfil conservador ao tratar das estratégias relacionadas às aplicações financeiras, considerando que os recursos disponíveis são destinados, fundamentalmente, à manutenção das operações e atividades gerenciais que suportam a missão institucional.

No mês, a Instituição manteve as aplicações nas modalidades de CDB e Compromissadas, sendo parte com liquidez diária, sem a necessidade de mantê-los até o vencimento e parte com vencimento em 360 dias.

Bancos Oficiais	Saldo Contábil das Aplicações Financeiras	
	Novembro	Dezembro
Banco do Brasil	406.249.878,57	403.168.216,69
Caixa Econômica Federal	280.439.959,38	282.654.848,24
Total das Aplicações	686.689.837,95	685.823.064,93
Índice	0,57 a.m.	0,58 a.m.

Bancos Oficiais	Saldo Contábil das Aplicações Financeiras	
	2020	2021
Banco do Brasil	333.207.164,70	403.168.216,69
Caixa Econômica Federal	265.767.831,61	282.654.848,24
Total das Aplicações	598.974.996,31	685.823.064,93
Índice	0,10 a.m.	0,58 a.m.

Em 2020, o Sesc em Minas começou um processo de migração das contas correntes e aplicações mantidas na Caixa Econômica Federal na agência 0818-4 e nas demais agências da CEF no interior para uma a agência unificada de atacado na Caixa Econômica Federal, número 4257-9.

Sob o aspecto econômico e financeiro, a situação da Administração Regional no mês é estável, apresentando uma disponibilidade financeira de R\$ 721.181.615,78. A variação das disponibilidades do mês em relação ao mês anterior foi na ordem de R\$ 1.180.593,09 (0,16%). A variação das disponibilidades em 2021 em relação ao exercício anterior foi na ordem de R\$ 107.110.296,85 (17,44%).

Bancos C/Vinculada

A conta contábil Bancos c/ Vinculada, destina-se ao registro das cauções recebidas ou retidas por contratos ou convênios celebrados, cuja contrapartida encontra-se registrada na conta 2.1.2.4.9 – Outros Créditos Contratuais. No mês, a conta Bancos c/Vinculada apresenta um saldo de R\$ 2.028.186,92. No acumulado, temos um saldo de R\$ 35.026.673,48, sendo que desse valor, R\$ 34.628.471,95 trata-se da reserva relativo as Contribuições Previdenciárias Patronais – INSS.

Ações judiciais – imunidade de recolhimento contribuição INSS (incidência de 20% sobre o valor da folha de pagamento)

Em atendimento a Circular **CF/SESC/OF/CIRCULAR/248/21**, acerca de ações judiciais relacionadas à obrigatoriedade de os Serviços Sociais Autônomos recolherem a contribuição ao INSS, com incidência de 20% sobre o valor da folha de pagamento, segue posicionamento do Sesc em Minas:

a) Informar a existência ou não de ação impetrada em reconhecimento da imunidade no recolhimento da contribuição ao INSS sobre a folha de pagamentos (informando número da ação e último andamento processual).

Em 30/04/2020 foi concedido ao Sesc em Minas por meio do processo 1012800-96.2019.4.01.3400 uma liminar que suspende o pagamento das contribuições previdenciárias patronais (INSS patronal, SAT, Terceiros e PIS), o referido processo se encontra pendente de julgamento em 2º grau.

b) Caso exista ação impetrada, informar o modo de contingenciamento dos valores a serem recolhidos em caso de sentença desfavorável (informar a conta contábil caso a contingência seja feita em depósitos específicos).

A partir de 2020, passamos a registra os depósitos de reserva apurada mensalmente pela Gerência de Pessoal relativo as Contribuições Previdenciárias Patronais. Os valores contingenciados são depositados na Caixa Econômica Federal, na conta poupança em nome do Sesc em Minas. Até outubro os valores eram depositados na agência 0818, conta 2961-0, a partir de novembro uma nova conta bancária foi aberta para os valores recolhido de INSS e o montante foi transferido para a Caixa Econômica Federal, agência 4257, conta 31-1, e o controle contábil ocorre por meio das contas abaixo:

Débito
Ativo
1.1.1.2.1.01 - Bancos c/ Vinculada
1.1.1.2.1.01.18 - Conta Vinculada 2961-0 - Ação Judicial INSS
Elemento - 36183

Crédito
Passivo
X 2.1.2.8.9.01 - Outros Valores em Apuração
2.1.2.8.9.01.01 - Ação Judicial INSS - 1012800-96.2019.4.01.3400
Elemento - 36179

Conforme orientação do Departamento Nacional as despesas relativas a estas contribuições continuam sendo apropriadas até que seja proferida a sentença final do processo, como prudência a Instituição realiza o depósito em Conta Vinculada a fim de resguardar o montante até que tenhamos o julgamento definitivo do Processo. No acumulado, o montante dessa conta vinculada é de R\$ 34.628.471,95.

Importante ressaltar que a conta vinculada não resguarda a Instituição, quanto a juros e multas caso o processo seja improcedente.

Reiteramos que as despesas continuarão sendo apropriadas mensalmente até o julgamento definitivo do processo, conforme procede os demais regionais, portanto, haverá despesas mensalmente, mas não terá desembolso.

c) Informar quais tributos e respectivos percentuais estão sendo pagos e contabilizados por essa Administração a título de Encargos Patronais:

Os valores na tabela abaixo estão suspensos de pagamento, de acordo com o processo 1012800-96.2019.4.01.3400, liminar que suspende o pagamento das contribuições previdenciárias patronais (INSS patronal, SAT, Terceiros e PIS), o referido processo se encontra pendente de julgamento em 2º grau.

PERCENTUAL %	DESCRIÇÃO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
20%	INSS Patronal	1.756.643,02	1.557.846,28	17.474.408,11
	São enquadrados por CNPJ (filial) e, sofrem alteração ao serem multiplicados pelo FAP que também são índices por CNPJ (filial), a alíquota RAT é consultada mensalmente, analisando qual o CNAE preponderante no mês de referência.			
	RAT	160.283,51	143.767,72	1.494.864,27
0,20%	INCRA	17.566,43	15.570,52	174.683,59
-	FAT	-	-	-
-	SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	-	-
-	FGTS ①	-	-	-
1%	PIS	91.223,87	84.752,18	906.606,48
-	Outros encargos decorrentes de Lei	-	-	-
A - TOTAL (valor depositado para contingência - conta vinculada) ②		2.025.716,82	1.801.936,70	20.050.562,46

Já na tabela abaixo, temos a composição da conta Variação Patrimonial Diminutiva, verba 5.1.1.2 - Encargos Patronais:

DESCRIÇÃO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
INSS Patronal	1.756.643,02	1.557.846,28	17.474.408,11
RAT	160.283,51	143.767,72	1.494.864,27
INCRA	17.566,43	15.570,52	174.683,59
FAT	-	-	-
SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	-	-
FGTS	969.193,38	621.704,49	7.249.362,99
PIS	91.223,87	84.752,18	906.606,48
Outros encargos decorrentes de Lei:			
(+) Encargos Provisão de Férias			
(+) Encargos Provisão de 13º Salário	326.768,56	193.538,30	2.960.199,85
(-) Transf. Despesa Capital (funcionários Exclusivos Obra)			
B - TOTAL DA VERBA 5.1.1.2 - ENCARGOS PATRONAIS (Conta Contábil - 3.1.2.1) ③	3.321.678,76	2.617.179,49	30.260.125,30

OBSERVAÇÕES:

① FGTS

O valor do FGTS não está contemplado pelo processo 1012800-96.2019.4.01.3400, liminar que suspende o pagamento das contribuições previdenciárias patronais (INSS patronal, SAT, Terceiros e PIS), o referido processo se encontra pendente de julgamento em 2º grau, desta forma, o FGTS continua sendo recolhido mensalmente a Caixa Econômica Federal pela GRF-SEFIP.

② TOTAL (valor depositado para contingência na conta vinculada)

É o valor apurado (data base) e informado mensalmente pela Gerência de Pessoal relativo as Contribuições Previdenciárias Patronais (INSS Patronal + RAT + Inkra + PIS), contemplado pelo processo 1012800-96.2019.4.01.3400).

③ Diferenças entre as rubricas [Total Contingenciado x VPD - 5.1.1.2 - Encargos Patronais (A - B)] temos as seguintes justificativas:

- Os valores referentes a encargos (INSS / FGTS) referente a provisões de 13º Salário são apropriados mensalmente nas Variações Patrimoniais Diminutivas, mas não compõe o valor dos encargos do mês pois o fato gerador (pagamento 13º salário) não ocorreu;
- Os valores referentes a encargos (INSS / FGTS) referente a provisões de Férias são apropriados mensalmente nas Variações Patrimoniais Diminutivas, mas somente quando o funcionário goza as férias o valor passa a compor o valor dos encargos a pagar do mês;
- Temos alguns funcionários da Gerência Corporativa de Engenharia que exercem suas atividades exclusivamente para a execução da obra de reforma e ampliação da uma de nossas unidades operacionais e conforme previsto na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 07, de 22 de setembro de 2017 e alinhamento junto ao Departamento Nacional, "os custos de benefícios a empregados decorrente diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado serão considerados como custo do item do ativo imobilizado, assim, as despesas da rubrica 5.1.1 - Pessoal e Encargos referente a estes funcionários são reclassificadas mensalmente como ativo imobilizado na verba 5.2.2.4, conta contábil 1.2.3.2.3 - Edificações.

5. Receitas a Receber

As receitas a receber referem-se principalmente a Receita de Contribuição Social Compulsória, que são transferidas mensalmente pelo SESC Nacional, e Receitas de Serviços nas atividades oferecidas à clientela, para recebimento futuro.

AN – C/Arrecadação Compulsória

- R\$ 99.454,07, referente a desconto indevido efetuado em novembro de 1999 pelo INSS na arrecadação do SESC em favor do SEST/SENAT, pendente de solução por conta de mandado de segurança interposto pelo Sesc Administração Nacional, ainda sem julgamento definitivo, processo sob nº 1999.34.00.034116-7;
- R\$ 48.395.805,58, referente ao registro de apropriação da arrecadação do mês de dezembro a ser repassada pela Administração Nacional em no mês subsequente.

Receitas Serviços a Receber

A conta apresenta as Receitas de Serviços nas atividades oferecidas à clientela, para recebimento futuro, sendo a maioria na modalidade, venda por cartão de crédito.

6. Débitos Contratuais

Aplicações Contratuais

Conta destinada ao registro de débitos contratuais decorrentes de venda a prazo ou pelos adiantamentos por conta de contratos de compra e venda ou de serviços de qualquer natureza.

Outros débitos contratuais

Conta destinada ao registro de eventuais direitos contratuais da Instituição, que não se caracterizem com as contas precedentes.

Em maio, a conta Outros débitos contratuais apresenta um saldo de R\$ 16.452,23, referente a depósitos judiciais sobre reclamações trabalhistas dos ex-empregados Carlos Marques da Silva, Maria da Anunciação de Carvalho, Neide Aparecida de Carvalho e Ailton Rogério Pereira, direcionadas a empresa SVS Sistema de Vigilância e Segurança Patrimonial, tendo o Sesc em Minas como subsidiária - processo judicial nº 0010940-53.2019.5.03.0065, 0010941-38.2019.5.03.0065, 0010942-23.2019.5.03.0065 e 0010939-68.2019.5.03.0065 – processo Sesc em Minas/SEND nº 280421868.

No acumulado temos um saldo de R\$ 172.036,76, referente a valores a ser recebido da empresa SVS Sistema de Vigilância e Segurança Patrimonial, relativo a pagamento de salários e benefícios, a funcionários da mesma, conforme Ata de reunião de mediação realizada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG e Processo nº 46211.003.720/2019-61, pasta processo Sesc em Minas nº 04787/19 Vol.01.

7. Valores Mobiliários e de consumo (almoxxarifado)

Os estoques da instituição são compostos, basicamente, por materiais destinados ao consumo próprio e realização das atividades das unidades operacionais, que são controlados pelo Sistema de Gestão de Material – SGM, por meio de voucher de integração mensal com o Sistema de Gestão Financeira – SGF.

O Sesc me Minas promoveu o inventário físico dos Almoxxarifados e Bens Móveis e Imóveis da Instituição e os Termos de Conferências foram emitidos conforme Circular Normativa 028/2021 de 18/11/2021 e encontram-se arquivos na Coordenação Contábil e Fiscal do Sesc em Minas.

A Instituição encerrou 2021 com um saldo de R\$ 3.697.470,33 em Valores Mobiliários e de Consumo.

8. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se basicamente, a seguros, que são diferidas mensalmente, relativas ao total ou parcial do pagamento de apólices de seguro. A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores especializados na área.

9. Depósitos em garantia

Conta destinada à contabilização de valores depositados judicial ou administrativamente para garantia de demandas processuais em que a instituição seja acionada ou notificada e impetre recurso de defesa.

No mês, a conta contábil Depósito em Garantia finalizou com um saldo de R\$ 9.700.441,13.

10. Empréstimos e Financiamentos / Títulos Diversos

Títulos diversos trata-se de ações e participações cujas datas de registros e os vários planos econômicos que ocorreram nesses períodos ocasionando desvalorizações da moeda brasileira. As providências de regularização com venda ou baixa de tais ações e títulos vem sendo tratadas por meio do processo interno Sesc em Minas nº 1926/13.

– CEMIG no valor de R\$ 2.226,35: Trata-se de valor - decorrentes da participação financeira conforme Carta Acordo DM/PN4/CTE-225/93, datada de 09.07.1993, relativamente à obra de construção da rede de distribuição do Tripuí, no Sesc Ouro Preto;

– TELEMIG no valor de R\$ 687,16: Trata-se de investimentos aplicados em assinaturas de linhas telefônicas.

11. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a Resolução nº 1246/2012, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado.

Em janeiro, foi realizado uma baixa no montante de R\$ 2.582.025,27, referente a equipamentos mobiliários em geral, bens móveis não encontrados, extraviados, furtados, inservíveis, obsoletos, danificados e/ou não mais patrimoniados, conforme autorização do Conselho Regional, através das Resoluções nº 11/2020 de 29/07/20 e nº 01/2021 de 26/08/20, processos interno do Sesc em Minas nº 01915/2020 e nº 5189/2019. Ressaltamos que do montante de R\$ 2.582.025,27 baixado, estes, já apresentavam uma depreciação acumulada de R\$ 2.412.100,17.

Em fevereiro, foi registrado uma baixa no montante de R\$ 205.830,00, referente a equipamentos mobiliários em geral e veículos, bens móveis doados e extraviados/furtados, conforme autorização do Conselho Regional, através das Resoluções nº 002/2021 de 07/01/2021, processos interno do Sesc em Minas nº 01915/2020 e nº 5189/2019. Ressaltamos que do montante de R\$ 205.830,00 baixado, estes, já apresentavam uma depreciação acumulada de R\$ 205.824,00.

Em abril foi registrado uma baixa no montante R\$ 373.500,00, referente veículos, bens como locomotivas, autos de linhas e vagões, bens inservíveis, extraviados e/ou furtados do Sesc em Minas, conforme autorização do Conselho Regional, através da Resolução nº 002/2021 de 07/01/2021, fls.274 a 276 do processo interno nº 1958/2020. Ressaltamos que do montante de R\$ 373.500,00 baixado, estes, já apresentavam uma depreciação acumulada de R\$ 373.494,00.

No mês de junho de 2021, foi realizado o registro contábil referente estorno da conta contábil 1.2.3.1.4 - Bens Móveis Pendentes de Classificação devido ao ressarcimento/reembolso pelo Departamento Nacional ao Sesc em Minas, conforme circular 1767/2021, expedida em 17/03/2021 do Departamento Nacional.

Conforme informado na Circular do DN o ressarcimento ocorreu devido a descontinuidade de implementação da 3ª unidade do projeto Sesc Saúde Mulher e encerramento do contrato com o fornecedor (Real Furgões), sendo que os equipamentos de mamografia digital e ultrassonografia retornaram para o Departamento Nacional.

O montante referente ao equipamento de Mamografia e o projeto de Instalação registrado na conta contábil 1.2.3.1.4 - Bens Móveis Pendentes de Classificação totalizando R\$ 665.427,81 foram devidamente estornados em junho e, o equipamento Ultrassom incorporado em 01/2020, será baixado após a aprovação/assinatura da Resolução submetida a Reunião do Conselho de julho/2021.

No mês de julho de 2021, foi realizado o registro contábil referente a baixa de bens móveis, no valor total de R\$ 4.762.057,67 (quatro milhões e setecentos e sessenta e dois mil e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$ 2.887.715,23 (dois milhões e oitocentos e oitenta e sete mil e setecentos e quinze reais e vinte e três centavos) baixa na conta contábil 1.2.3.1.1 – Equipamentos e Mobiliário em Geral, R\$ 1.860.206,44 (um milhão e oitocentos e sessenta mil e duzentos e seis reais e quarenta e quatro centavos) baixa na conta contábil 1.2.3.1.2 – Veículos e R\$ 14.136,00 (quatorze mil e cento e trinta e seis reais) baixa na conta contábil 1.2.3.1.3 – Bens Móveis Diversos. Conforme autorização do Conselho Regional através da Resolução nº 11/2021 de 27/07/2021 e Resolução nº 12/2021 de 27/07/2021. No mesmo período foi realizado o registro contábil de aquisições de Bens Móveis, no valor total de R\$ 102.464,00 (cento e dois mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais) na conta contábil 1.2.3.1.1 – Equipamentos e Mobiliário em Geral. Ressaltamos que do montante de R\$ 4.762.057,67 baixados, estes já apresentavam uma depreciação acumulada de R\$ 4.230.264,89.

Dentre os bens baixados em Equipamentos e Mobiliário em Geral, consta a baixa sobre o bem Ultrassonografia incorporado em 01/2020, descrito na circular 1767/2021, expedida em 17/03/2021 do Departamento Nacional. Conforme informado na Circular o ressarcimento ocorreu devido a descontinuidade de implementação da 3ª unidade do projeto Sesc Saúde Mulher e encerramento do contrato com o fornecedor (Real Furgões), sendo que os equipamentos de ultrassonografia e mamografia digital retornaram para o Departamento Nacional.

Ainda no mês de julho de 2021, foi realizado o registro de regularização da depreciação dos bens móveis do período junho/2021, após apontamento da Equipe de Patrimônio na correção do erro sistêmico no SGM ao realizar a rotina de geração/emissão do relatório “Fechamento Mensal Patrimônio”, registrado no chamado interno Nº #TI-193729 do Sesc em Minas e chamado aberto no DN Ticket#: 88118517 junto à TI do Departamento Nacional.

Informamos também que no mês de julho de 2021, foi realizado o registro contábil no valor total de R\$ 77.530,14 (setenta e sete mil e quinhentos e trinta reais e quatorze centavos) na conta contábil 1.2.3.2.4 – Benfeitorias, considerando o encerramento das atividades na Unidade Sesc Santos Dumont com a devolução do imóvel ao proprietário conforme contrato MG-2014-LOCA-001. No mesmo período foi

realizado o registro contábil de investimento, no valor de R\$ 56.954,16 (cinquenta e seis mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos) na conta contábil 1.2.3.2.4 – Benfeitorias, imóvel de terceiros, na unidade Sesc Carlos Prates.

No mês de setembro de 2021, foi realizado o registro na conta contábil 1.2.3.2.4 – Benfeitorias, referente a baixa no valor total de R\$ 201.775,80 (duzentos e um mil e setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), considerando a suspensão do projeto de obras na U.O Sesc Teatro Clara Nunes.

Conforme Ofício 75/2020 a descontinuidade do projeto de obra e devolução do imóvel ao agente Público, foi aprovada pelo Conselho Regional da Instituição, a partir da revisão de questões técnicas e financeiras, com o início de uma série de providências e estudos para o aumento da eficiência de operações e atividades da Instituição que em conjunto com o cenário político econômico atual, definiu-se pela inviabilidade do projeto de obras/reformas do imóvel Teatro Clara Nunes. Resultando assim, na suspensão do Contrato de Concessão de uso gratuito do imóvel público (Imprensa Oficial de MG), com a devolução do Imóvel ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Por fim, este foi o deferimento dado pelo Conselho Regional e Administração Compartilhada, instituída pelo Conselho Nacional do Sesc para a mudança da Administração Regional do Sesc em Minas. Diante dos fatos apresentados, procedemos o registro contábil de baixa das Benfeitorias na Unidade Sesc Teatro Clara Nunes.

No mês de outubro, foi realizado o registro de baixa contábil de Bens Patrimoniais, no valor de R\$ 31.660,28, referente a bens furtados e extraviados, classificados como Equipamento de Mobiliário em Geral. Reiteramos que o Art. 2º da Resolução de nº17/2021 de 18/10/2021, apresenta baixa no valor total de R\$ 35.346,28 (trinta e cinco mil e trezentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 3.686,00 (três mil e seiscentos e oitenta e seis reais) já haviam sido baixados em processos anteriores conforme informado no despacho apresentado na página 31 da pasta processo Sesc em Minas nº 0621/21.

Em novembro procedemos com os registros de baixa contábil de Bens Patrimoniais de R\$ 3.067.800,07 dos quais: R\$ 2.988.440,48 referente a bens classificados como Equipamentos de Mobiliário em Geral, R\$ 1,00 referente a bens classificados como Veículos e R\$ 14.400,00 referente a bens classificados como Bens Móveis Diversos, conforme Resolução aprovada pelo Conselho Regional de nº 20/2021 de 23/11/2021 e, R\$ 64.958,59 referente a bens inservíveis, obsoletos e/ou danificados, doados para a ONG Engenho do Saber, conforme Resolução aprovada pelo Conselho Regional de nº 17/2021 de 18/10/2021. Ressaltamos que do montante de R\$ 3.067.800,07 baixados, estes já apresentavam uma depreciação acumulada de R\$ 2.704.634,70.

No mês de dezembro, foi realizado o registro contábil referente a baixa de bens móveis, no valor total de R\$ 193.577,64, sendo desse montante, o total de R\$ 192.927,64, referente a baixa na conta contábil 1.2.3.1.1 – Equipamentos Mobiliário em Geral e R\$ 650,00 referente a baixa na conta contábil 1.2.3.1.3 – Bens Móveis Diversos, conforme autorização do Conselho Regional através da Resolução nº21/2021 expedida em 16/12/2021 e Resolução 22/2021 expedida em 15/12/2021.

Dentre os bens baixados como Equipamentos e Mobiliário em Geral, R\$ 11.693,37 são bens inservíveis da unidade Sesc Almenara Escola, que foram doados para o município, conforme informado no Termo

de Doação e conforme autorização do Conselho Regional através da Resolução nº22/2021 expedida em 15/10/2021. Os demais Bens baixados são bens móveis não encontrados, extraviados e/ou furtados dos Sesc em Minas, apurados no inventário físico patrimonial de 2021 realizado pela comissão, conforme autorização do Conselho Regional através da Resolução nº21/2021 expedida em 16/12/2021.

Bens Móveis	2020		2021	
	Valor bens	valor Depreciado 2020	Valor bens	valor Depreciado 2021
Equipamentos e Mobiliários em Geral	83.022.845,82	59.020.910,79	78.538.339,36	57.654.086,89
Veículos	13.477.933,55	11.823.884,94	13.318.328,80	10.193.812,48
Bens Móveis Diversos	464.972,38	-	413.866,38	-
Bens Móveis Pendentes de Classificação	665.427,81	-	-	-
Total Bens Móveis	97.631.179,56	70.844.795,73	92.270.534,54	67.847.899,37
Bens Imoveis	2020		2020	
	Valor bens	Depreciado 2020	Valor bens	Depreciado 2020
Terrenos	559.363.061,68	-	559.363.061,68	-
Construção em Curso	4.034.376,92	-	5.003.375,93	-
Edificações	564.653.741,74	26.316.991,06	591.356.803,00	49.506.130,45
Benfeitorias	3.045.028,08	672.650,71	3.176.823,27	891.621,52
Total Bens Imóveis	1.131.096.208,42	26.989.641,77	1.158.900.063,88	50.397.751,97
Total Geral	1.228.727.387,98	97.834.437,50	1.251.170.598,42	118.245.651,34
Imobilizado Líquido	1.130.892.950,48		1.132.924.947,08	

A Instituição encerra o exercício de 2021 com um Imobilizado de R\$ 1.132.924.947,08.

12. Depreciação, Amortização e Exaustão

A partir de 2018, em virtude da adoção do Novo Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO) e em cumprimento a resolução Sesc nº 1.246/2012, que dispõe sobre a adoção do critério e registro da depreciação e método de reavaliação dos bens tangíveis do Serviço Social do Comércio – SESC, a Instituição iniciou o registro da depreciação e amortização.

No fechamento do mês de junho de 2021, houve um erro no relatório do SGM – Sistema de Gestão de Material impeditivo para o fechamento mensal do patrimônio que apura os valores das depreciações para o registro contábil e fechamento do balancete mensal. Conforme apontamento da Equipe de Patrimônio o erro sistêmico no SGM, é na realização da rotina de geração/emissão do relatório “Fechamento Mensal Patrimônio”, em que apresenta inconsistências de classificação/categoria em aproximadamente 38.000 itens de patrimônio, o que consequentemente demonstrou divergências nos valores da depreciação dos bens móveis. Considerando o chamado interno Nº #TI-193729 na TI do Sesc em Minas e o helpdesk aberto no DN Ticket#: 88118517 junto à TI do Departamento Nacional, o qual aponta erro sistêmico no fechamento mensal - Bens Moveis no Sistema SGM e, de forma a resguardar a tempestividade dos registros contábeis, o registro de depreciação de bens móveis para o período de junho/2021, foi realizado com base no Relatório de fechamento dos Bens Móveis de maio/2021.

Informamos que, no mês de julho de 2021, foi realizado o registro de regularização da depreciação dos bens móveis do período junho/2021, após apontamento da Equipe de Patrimônio na correção do erro sistêmico no SGM ao realizar a rotina de geração/emissão do relatório "Fechamento Mensal Patrimônio", registrado no chamado interno Nº #TI-193729 do Sesc em Minas e chamado aberto no DN Ticket#: 88118517 junto à TI do Departamento Nacional.

No mês, o valor depreciado/amortizado, apresentou conforme abaixo:

Descrição	Taxas de Depreciação	Depreciado no mês	Depreciado Acumulado 2021
Equipamentos e Mobiliários em Geral	10% a.a	586.474,31	7.107.968,25
Veículos	20% a.a		
Bens Móveis Diversos	10% a.a		
Edificações	4% a.a	1.997.660,91	23.504.922,75
Benfeitorias	10% a.a		
Total da Depreciação no mês		2.584.135,22	30.612.891,00

13. Exigibilidades

O grupo Passivo Circulante e Não Circulante é composto por diversas rubricas, conforme a seguir:

COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES IMEDIATAS						
DESCRIÇÃO	NOVEMBRO		DEZEMBRO		NOV/21 X DEZ/21	
	EM R\$	%	EM R\$	%	EM R\$	%
Salários a Pagar	-	-	-	-	0,00	0,00
Retenções e Obrigações a Recolher	4.475.128,84	10,55	6.616.152,63	21,07	2.141.023,79	47,84
Créditos Diversos de Servidores	11.334,23	0,03	2.400,44	0,01	-8.933,79	-78,82
Provisão para Férias	12.186.605,29	28,73	11.984.989,85	38,17	-201.615,44	-1,65
Provisão para 13º Salário	8.157.436,78	19,23	-	-	-8.157.436,78	-100,00
Total das Obrigações Trabalhistas	24.830.505,14	58,54	18.603.542,92	59,25	-6.226.962,22	-25,08
Retenções e Obrigações Fiscais	966.337,56	2,28	1.087.273,93	3,46	120.936,37	12,51
Total das Retenções e Obrigações Fiscais	966.337,56	2,28	1.087.273,93	3,46	120.936,37	12,51
Contas a Pagar	7.309.242,51	17,23	2.199.384,73	7,00	-5.109.857,78	-69,91
Outros Créditos por Provisão	9.172.083,06	21,62	9.447.400,62	30,09	275.317,56	3,00
Outros Créditos a Liquidar	136.599,82	0,32	62.416,27	0,20	-74.183,55	-54,31
Total de Créditos a Liquidar	16.617.925,39	39,18	11.709.201,62	37,29	-4.908.723,77	-29,54
TOTAL DO EXIGIVEL IMEDIATO	42.414.768,09	100,00	31.400.018,47	100,00	-11.014.749,62	-25,97
AN - c/Movimento	192.779,98	0,51	401.378,74	0,97	208.598,76	108,21
Total Créditos da Administração Nacional	192.779,98	0,51	401.378,74	0,97	208.598,76	108,21
Créditos entre Regionais	15.750,34	0,04	-	-	-15.750,34	-100,00
Total Créditos da Administrações Regionais	15.750,34	0,04	-	-	-15.750,34	-100,00
Obrigações por Convênios	-	-	199.992,24	-	199.992,24	0,00
Obrigações Contratuais	23.137,65	0,06	20.208,39	0,05	-2.929,26	-12,66
Outros Créditos Contratuais	392.856,75	1,04	393.722,04	0,95	865,29	0,22
Total de Créditos Contratuais	415.994,40	1,10	613.922,67	1,48	197.928,27	47,58
Outros Valores em Apuração	35.173.919,80	93,32	37.001.249,19	89,13	1.827.329,39	5,20
Total de Valores em Apuração	35.173.919,80	93,32	37.001.249,19	89,13	1.827.329,39	5,20
Receitas Recebidas a Apropriar	1.894.087,24	5,03	3.499.246,65	8,43	1.605.159,41	84,75
Total de Receitas Antecipadas	1.894.087,24	5,03	3.499.246,65	8,43	1.605.159,41	84,75
TOTAL DO EXIGIVEL MEDIATO	37.692.531,76	100,00	41.515.797,25	100,00	3.823.265,49	10,14
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	80.107.299,85	-	72.915.815,72	-	-7.191.484,13	-8,98

DESCRIÇÃO	2020		2021		VARIÇÃO 2020 X 2021	
	EM R\$	%	EM R\$	%	EM R\$	%
Salários a Pagar	1.470,63	0,00	-	-	-1.470,63	-100,00
Retenções e Obrigações a Recolher	4.090.696,50	13,17	6.616.152,63	21,07	2.525.456,13	61,74
Créditos Diversos de Servidores	2.260,97	0,01	2.400,44	0,01	139,47	6,17
Provisão para Férias	8.881.688,68	28,59	11.984.989,85	38,17	3.103.301,17	34,94
Provisão para 13º Salário	-	0,00	-	-	0,00	0,00
Total das Obrigações Trabalhistas	12.976.116,78	41,76	18.603.542,92	59,25	5.627.426,14	43,37
Retenções e Obrigações Fiscais	1.167.932,22	3,76	1.087.273,93	3,46	-80.658,29	-6,91
Total das Retenções e Obrigações Fiscais	1.167.932,22	3,76	1.087.273,93	3,46	-80.658,29	-6,91
Contas a Pagar	8.091.188,36	26,04	2.199.384,73	7,00	-5.891.803,63	-72,82
Outros Créditos por Provisão	8.773.994,09	28,24	9.447.400,62	30,09	673.406,53	7,68
Outros Créditos a Liquidar	61.585,93	0,20	62.416,27	0,20	830,34	1,35
Total de Créditos a Liquidar	16.926.768,38	54,48	11.709.201,62	37,29	-5.217.566,76	-30,82
TOTAL DO EXIGIVEL IMEDIATO	31.070.817,38	100,00	31.400.018,47	100,00	329.201,09	1,06
AN - c/Movimento	430.656,10	2,28	401.378,74	0,97	-29.277,36	-6,80
Total Créditos da Administração Nacional	430.656,10	2,28	401.378,74	0,97	-29.277,36	-6,80
Créditos entre Regionais	23.178,40	0,12	-	-	-23.178,40	-100,00
Total Créditos da Administrações Regionais	23.178,40	0,12	-	-	-23.178,40	-100,00
Obrigações por Convênios	-	0,00	199.992,24	0,48	199.992,24	0,00
Obrigações Contratuais	43.341,05	0,23	20.208,39	0,05	-23.132,66	-53,37
Outros Créditos Contratuais	253.184,61	1,34	393.722,04	0,95	140.537,43	55,51
Total de Créditos Contratuais	296.525,66	1,57	613.922,67	1,48	317.397,01	107,04
Outros Valores em Apuração	17.607.576,17	93,33	37.001.249,19	89,13	19.393.673,02	110,14
Total de Valores em Apuração	17.607.576,17	93,33	37.001.249,19	89,13	19.393.673,02	110,14
Receitas Recebidas a Apropriar	507.512,36	2,69	3.499.246,65	8,43	2.991.734,29	589,49
Total de Receitas Antecipadas	507.512,36	2,69	3.499.246,65	8,43	2.991.734,29	589,49
TOTAL DO EXIGIVEL MEDIATO	18.865.448,69	100,00	41.515.797,25	100,00	22.650.348,56	120,06
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	49.936.266,07	-	72.915.815,72	-	22.979.549,65	46,02

Salários a pagar e obrigações trabalhistas

Trata-se do registro do crédito dos salários líquidos dos servidores, que por alguma intercorrência ainda não receberam, inclusive rescisões contratuais de trabalho, bem como o registro de créditos por retenções e obrigações patronais oriundas da folha de pagamento.

Contas a pagar e demais obrigações a recolher

Trata-se das obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Instituição, bem como, ao registro de créditos por retenções fiscais na prestação de serviços de terceiros, se o pagamento for devido no curso normal.

14. Provisões

As provisões são registradas conforme relatórios fornecidos pelas áreas técnicas da Instituição.

Férias e 13º Salário

As provisões de férias, 13º salário e respectivos encargos são estimadas com base na remuneração atual dos colaboradores, conforme relatórios e arquivos gerados no sistema RM-TOTVS e por meio de voucher de integração no SGF.

Outros Créditos por provisão – demandas judiciais

A partir de 2018, a Instituição efetua as provisões por acordo ou sentença, decorrentes de demandas trabalhistas ou judiciais, classificados como Perda Provável, conforme planilha Relatório de Provisionamento Financeiro sob controle da Assessoria Jurídica.

Em 2020 o saldo total foi de R\$ 8.773.994,09 e 2021 encerrou com um saldo de R\$ 9.447.400,62.

15. Créditos Contratuais

Outros Créditos Contratuais

Refere-se, basicamente, a retenção a título de caução de fornecedores, tais como garantia de execução de obras, prestação de serviços e processo administrativo sancionatório a título de retenção de saldo remanescente de pagamento, para quitar débitos com o Sesc em Minas advindos de ações judiciais relacionadas aos contratos.

16. Receitas Antecipadas

Receitas recebidas a apropriar

Conta destinada ao registro de eventuais recebimentos de receitas de remuneração pelo serviço prestado à clientela nas atividades, por antecipação, pertencentes a períodos vindouros. A conta apresenta, principalmente, valores recebidos de excursões, que serão apropriadas quando da realização do serviço.

17. Atos Potenciais

Contratos – Atos Potenciais (Ativo e Passivo)

O registro do saldo de contratos, é feito por meio do Relatório Saldo dos Contratos – PAFs em aberto, extraído mensalmente do Sistema SGM pela Gerência de Compras para o registro em Atos Potenciais Passivo - Contratos.

A responsabilidade pelos recebimentos dos PAFs no Sistema SGM é dos fiscais de contratos e dos respectivos demandantes nas Unidades e Sede do Sesc em Minas, que realizam as baixas conforme documentos fiscais recebidos e validados.

Demandas Judiciais – Atos Potenciais (Ativo e Passivo)

Informamos que o registro do saldo das demandas judiciais bem como sua composição, é extraída do Sistema Informatizado para a Gestão de Ações Judiciais, controlado pela Assessoria Jurídica da Instituição e encaminhado mensalmente à Gerência Contábil para registros.

18. Orçamento-Programa/2021 e Retificativo

O Orçamento-Programa/2021 foi elaborado de acordo com os programas formulados pelas Unidades Operacionais da Administração Regional/MG, aprovado pelo Conselho Regional Sesc em Minas, em 26/10/2020, nos termos da Lei nº 2613/55, totalizando R\$ 424.460.421,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, e quatrocentos e vinte e um reais).

Após o retificativo orçamentário (aprovado em 27/07/2021) a composição do Orçamento-Programa/2021 do Sesc em Minas foi alterada, totalizando R\$ 394.633.983,00 (trezentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, novecentos e oitenta e três reais), conforme discriminado no quadro abaixo:

QUADRO DE RECEITAS - RETIFICATIVO ORÇAMENTÁRIO DE 2021					
RECEITAS		ORÇAMENTO INICIAL	RETIFICATIVO	ORÇADO FINAL	Δ % RETIFICATIVO X ORÇ. INICIAL
6111	CONTRIBUIÇÃO PARA O SESC	270.136.536,00	62.786.364,00	332.922.900,00	23,24
6121	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.919.820,00	- 764.554,00	1.155.266,00	-39,82
6122	SERVIÇOS DE SAÚDE	8.373.406,00	- 449.028,00	7.924.378,00	-5,36
6123	SERVIÇOS CULTURAIS	1.059.095,00	- 640.863,00	418.232,00	-60,51
6124	SERVIÇOS DE LAZER	29.458.154,00	- 15.550.107,00	13.908.047,00	-52,79
6125	OUTROS SERVIÇOS	1.040,00	- 985,00	55,00	-94,71
6131	RECEITAS DE OUTROS SERVIÇOS	1.363.565,00	- 732.358,00	631.207,00	-53,71
6141	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15.314.819,00	4.979.035,00	20.293.854,00	32,51
6149	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	-	209.511,00	209.511,00	0,00
6161	OUTRAS TRANSFERÊNCIA DAS INTITUIÇÕES PRIVADAS	283.494,00	- 37.569,00	245.925,00	-13,25
6171	TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS FONTES	-	6.073.973,00	6.073.973,00	0,00
6191	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	0,00
6291	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	83.884,00	83.884,00	0,00
Mobilização	MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	96.550.492,00	- 85.783.741,00	10.766.751,00	-88,85
TOTAL RECEITAS		424.460.421,00	- 29.826.438,00	394.633.983,00	-7,03

QUADRO DE DESPESAS - RETIFICATIVO ORÇAMENTÁRIO DE 2021					
DESPESAS		ORÇAMENTO INICIAL	RETIFICATIVO	ORÇADO FINAL	Δ % RETIFICATIVO X ORÇ. INICIAL
5111	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	113.422.994,00	- 6.323.177,00	107.099.817,00	-5,57
5112	ENCARGOS PATRONAIS	32.387.705,00	4.384.465,00	36.772.170,00	13,54
5113	BENEFÍCIOS A PESSOAL	30.372.831,00	- 2.740.544,00	27.632.287,00	-9,02
5119	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS	13.421.256,00	- 4.755.173,00	8.666.083,00	-35,43
5121	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	29.259.736,00	6.692.371,00	35.952.107,00	22,87
5122	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	4.237.006,00	- 31.787,00	4.205.219,00	-0,75
5123	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	136.095.068,00	- 25.672.989,00	110.422.079,00	-18,86
5149	OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	1.241.431,00	- 331.381,00	910.050,00	-26,69
5153	CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVA E FEDERATIVAS	7.942.014,00	1.845.919,00	9.787.933,00	23,24
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		368.380.041,00	- 26.932.296,00	341.447.745,00	-7,31
5211	EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL	15.857.059,00	- 7.169.558,00	8.687.501,00	-45,21
5212	VEÍCULOS	800.000,00	1.370.522,00	2.170.522,00	171,32
5214	CONSTRUÇÕES EM CURSO	1.476.353,00	- 237.359,00	1.238.994,00	-16,08
5215	BENFEITORIAS	839.270,00	- 6.821,00	832.449,00	-0,81
5223	TERRENOS	-	-	-	0,00
5224	EDIFICAÇÕES	37.107.698,00	3.149.074,00	40.256.772,00	8,49
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		56.080.380,00	- 2.894.142,00	53.186.238,00	-5,16
TOTAL DESPESAS		424.460.421,00	- 29.826.438,00	394.633.983,00	-7,03

19. Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's da Instituição, apresentam a seguinte composição:

VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOVEMBRO	DEZEMBRO	% DEZEMBRO	VARIação NOV/21 X DEZ/21		ACUMULADO (JAN ATÉ DEZ)	% VARIação ACUMULADA
				%	R\$		
Contribuições Sociais	28.709.012,89	50.910.799,06	87,22	77,33	22.201.786,17	348.263.393,43	84,63
Serviços Educacionais	276.732,29	81.180,52	-0,14	-129,34	- 357.912,81	1.281.978,72	0,31
Serviços de Saúde	879.446,56	795.857,36	1,36	-9,50	- 83.589,20	9.284.666,53	2,26
Serviços Culturais	112.353,03	11.338,98	0,02	-89,91	- 101.014,05	503.752,64	0,12
Serviços de Lazer	1.921.128,50	1.337.503,59	2,29	-30,38	- 583.624,91	15.408.915,07	3,74
Outros Serviços (matrícula)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Total das Receitas de Prestação de Serviços	3.189.660,38	2.063.519,41	3,54	-35,31	- 1.126.140,97	26.479.312,96	6,43
Outras VPA's de Serviços	140.641,19	199.983,54	0,34	42,19	59.342,35	1.069.681,73	0,26
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.959.698,86	5.163.902,90	8,85	30,41	1.204.204,04	28.278.625,59	6,87
Outras VPA's - Financeiras	4.342,59	7.733,78	-0,01	-278,09	- 12.076,37	1.157.148,94	0,28
Total das Receitas Financeiras	3.964.041,45	5.156.169,12	8,83	30,07	1.192.127,67	29.435.774,53	7,15
Outras Transf. das Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	20.000,00	25.924,77	0,04	29,62	5.924,77	245.924,77	0,06
Totas das Outras Transf. das Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	20.000,00	25.924,77	0,04	29,62	5.924,77	245.924,77	0,06
Transf. de Outras Fontes	117.031,50	14.346,11	0,02	-87,74	- 102.685,39	5.950.887,03	1,45
Totas das Transferências de Outras Fontes	117.031,50	14.346,11	0,02	-87,74	- 102.685,39	5.950.887,03	1,45
Demais VPA's - Corrente	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Total das Receitas Correntes	36.140.387,41	58.370.742,01	100,00	61,51	22.230.354,60	411.444.974,45	99,98
Ganhos com Alienação	-	-	0,00	0,00	-	83.883,54	0,02
Demais VPA's - Capital	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Total das Receitas de Capital	-	-	0,00	0,00	-	83.883,54	0,02
TOTAL GERAL DAS VPA's ORÇAMENTÁRIAS	36.140.387,41	58.370.742,01	100,00	61,51	22.230.354,60	411.528.857,99	100,00
Outras VPA's - Não resultante de Execução Orçamentária							
Valorização de Ativos	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	82.464,11	0,10	100,00	-100,00	- 82.464,01	1.596.414,37	0,39
TOTAL DAS OUTRAS VPA's - Não resultante de Execução Orçamentária	82.464,11	0,10	100,00	-100,00	- 82.464,01	1.596.414,37	100,00

Em dezembro, o total das Variações Patrimoniais Aumentativas - Orçamentárias foi de R\$ 58.370.742,01. A Receita de Contribuições – Compulsório no valor de R\$ 50.910.799,06, correspondeu a 87,22% do total geral das VPA's e as demais Variações somaram R\$ 7.459.942,95, o que representou 12,78%.

No mês, verificamos uma variação 61,51% nas Receitas em comparação ao mês anterior, sendo de maior representatividade, o aumento com as Contribuições Sociais – Compulsório, no montante de R\$ 22.201.786,17, visto que além da arrecadação do mês é computado também a parcela referente ao 13º Salário.

VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL ORÇADO EM 2021	TOTAL REALIZADO EM 2021	% REALIZADO	VARIação REAL X ORÇ	
				%	R\$
Contribuições Sociais	332.922.900,00	348.263.393,43	84,63	4,61	15.340.493,43
Serviços Educacionais	1.155.266,00	1.281.978,72	0,31	10,97	126.712,72
Serviços de Saúde	7.924.378,00	9.284.666,53	2,26	17,17	1.360.288,53
Serviços Culturais	418.232,00	503.752,64	0,12	20,45	85.520,64
Serviços de Lazer	13.908.047,00	15.408.915,07	3,74	10,79	1.500.868,07
Outros Serviços (matrícula)	55,00	-	0,00	-100,00	- 55,00
Total das Receitas de Prestação de Serviços	23.405.978,00	26.479.312,96	6,43	13,13	3.073.334,96
Outras VPA's de Serviços	631.207,00	1.069.681,73	0,26	69,47	438.474,73
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	20.293.854,00	28.278.625,59	6,87	39,35	7.984.771,59
Outras VPA's - Financeiras	209.511,00	1.157.148,94	0,28	452,31	947.637,94
Total das Receitas Financeiras	20.503.365,00	29.435.774,53	7,15	43,57	8.932.409,53
Outras Transf. das Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	245.925,00	245.924,77	0,06	0,00	- 0,23
Totas das Outras Transf. das Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	245.925,00	245.924,77	0,06	0,00	- 0,23
Transf. de Outras Fontes	6.073.973,00	5.950.887,03	1,45	-2,03	- 123.085,97
Totas das Transferências de Outras Fontes	6.073.973,00	5.950.887,03	1,45	-2,03	- 123.085,97
Demais VPA's - Corrente	-	-	0,00	0,00	-
Total das Receitas Correntes	383.783.348,00	411.444.974,45	99,98	7,21	27.661.626,45
Ganhos com Alienação	83.884,00	83.883,54	0,02	0,00	- 0,46
Demais VPA's - Capital	-	-	0,00	0,00	-
Total das Receitas de Capital	83.884,00	83.883,54	0,02	0,00	- 0,46
Total Geral das Receitas	383.867.232,00	411.528.857,99	100,00	7,21	27.661.625,99
Mobilização de Recursos Financeiros	10.766.751,00	-	0,00	-100,00	- 10.766.751,00
TOTAL GERAL DAS VPA's ORÇAMENTÁRIAS	394.633.983,00	411.528.857,99	100,00	4,28	16.894.874,99

Comparando as receitas realizadas com o orçado, verificamos uma variação de 4,28%, ou seja, uma realização a maior no montante de R\$ 16.894.874,99 que o orçado para o exercício de 2021.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2020	2021	% VARIAÇÃO 2020 X 2021	
			%	R\$
Contribuições Sociais	281.679.928,17	348.263.393,43	23,64	66.583.465,26
Serviços Educacionais	527.253,45	1.281.978,72	143,14	754.725,27
Serviços de Saúde	6.853.516,25	9.284.666,53	35,47	2.431.150,28
Serviços Culturais	275.543,34	503.752,64	82,82	228.209,30
Serviços de Lazer	15.242.310,23	15.408.915,07	1,09	166.604,84
Outros Serviços (matricula)	5.715,00	-	-100,00	- 5.715,00
Total das Receitas de Prestação de Serviços	22.904.338,27	26.479.312,96	15,61	3.574.974,69
Outras VPA's de Serviços	1.218.425,50	1.069.681,73	-12,21	- 148.743,77
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	16.489.102,48	28.278.625,59	71,50	11.789.523,11
Outras VPA's - Financeiras	105.497,82	1.157.148,94	996,85	1.051.651,12
Total das Receitas Financeiras	16.594.600,30	29.435.774,53	77,38	12.841.174,23
Outras Transf. das Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	671.043,30	245.924,77	-63,35	- 425.118,53
Totas das Outras Transf. das Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	671.043,30	245.924,77	-63,35	- 425.118,53
Transf. de Outras Fontes	537.855,97	5.950.887,03	1006,41	5.413.031,06
Totas das Transferências de Outras Fontes	537.855,97	5.950.887,03	1006,41	5.413.031,06
Demais VPA's - Corrente	-	-	0,00	-
Total das Receitas Correntes	323.606.191,51	411.444.974,45	27,14	87.838.782,94
Ganhos com Alienação	-	83.883,54	0,00	83.883,54
Demais VPA's - Capital	-	-	0,00	-
Total das Receitas de Capital	-	83.883,54	0,00	83.883,54
TOTAL GERAL DAS VPA's ORÇAMENTÁRIAS	323.606.191,51	411.528.857,99	27,17	87.922.666,48
Outras VPA's - Não resultante de Execução Orçamentária				
Valorização de Ativos	8.072.951,76	-	-100,00	- 8.072.951,76
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.996.868,03	1.596.414,37	-20,05	- 400.453,66
TOTAL DAS OUTRAS VPA's - Não resultante de Execução Orçamentária	10.069.819,79	1.596.414,37	-84,15	- 8.473.405,42

Verificamos que, apesar do cenário político econômico que país e o mundo ainda enfrentavam diante as incertezas da pandemia; a demora para a distribuição das vacinas e a chegada das novas variantes do vírus no país, (Delta e Ômicron), a esperança gerada pelas vacinas contra a covid-19, impulsionaram uma retomada, das atividades e serviços prestados pela Instituição, dessa forma, o total realizado em 2021 foi superior no montante de R\$ 87.922.666,48 ao comparado com o ano anterior.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Não Resultante De Execução Orçamentária)

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, apresenta no acumulado um montante de R\$ 1.596.414,37, referente a registros tais como: encerramento de processos judiciais, multas sancionatórias sob desacordo de contrato de serviços, reclassificações de registros e, restituições, regularização de registros de exercícios anteriores.

Conforme CF/SESC/MEMO/CIRCULAR/054/19, expedida em 07/05/2019, o razão contábil dessas contas são encaminhados mensalmente no Balancete.

20. Variações Patrimoniais diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's da Instituição, apresentam a seguinte composição:

VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOVEMBRO	DEZEMBRO	% DEZEMBRO	VARIACÃO NOV/21 X DEZ/21		ACUMULADO (JAN ATÉ DEZ)	% VARIACÃO ACUMULADA
				%	R\$		
Remuneração de Pessoal	10.830.772,88	8.640.810,51	27,90	-20,22	- 2.189.962,37	98.316.808,89	30,72
Encargos Patronais	3.321.678,76	2.617.179,49	8,45	-21,21	- 704.499,27	30.260.125,30	9,46
Benefícios a Pessoal	1.968.617,76	2.616.225,61	8,45	32,90	647.607,85	22.258.172,06	6,95
Outras Despesas de Pessoal e Encargos	1.142.584,29	559.691,82	1,81	-51,02	- 582.892,47	7.925.483,17	2,48
Total das Despesas de Pessoal e Encargos	17.263.653,69	14.433.907,43	46,60	-16,39	- 2.829.746,26	158.760.589,42	49,61
Uso de Material de Consumo	3.110.560,02	2.035.258,35	6,57	-34,57	- 1.075.301,67	27.003.042,47	8,44
Serviços de Terceiros - PF	324.657,71	569.213,01	1,84	75,33	244.555,30	4.086.811,37	1,28
Serviços de Terceiros - PJ	7.064.357,52	10.159.722,25	32,80	43,82	3.095.364,73	84.947.940,28	26,54
Total de Uso de Bens e Serviços	10.499.575,25	12.764.193,61	41,21	21,57	2.264.618,36	116.037.794,12	36,26
Outras Despesas Financeiras	87.092,68	67.494,41	0,22	-22,50	- 19.598,27	632.432,67	0,20
Contribuições Confederativas e Federativas	844.044,98	1.496.777,50	4,83	77,33	652.732,52	10.238.943,76	3,20
Total das Despesas Correntes	28.694.366,60	28.762.372,95	92,86	0,24	68.006,35	285.669.759,97	89,26
Equipamento e Mobiliário em Geral	1.430.712,97	132.014,99	0,43	-90,77	- 1.298.697,98	3.907.890,05	1,22
Veículos	263.584,66	-	0,00	-100,00	- 263.584,66	2.285.301,69	0,71
Bens Móveis Diversos	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Construção em Curso	102.040,60	114.140,45	0,37	11,86	12.099,85	968.999,01	0,30
Benfeitorias	-	-	0,00	0,00	-	497.927,16	0,16
Outros Investimentos	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Total de Investimentos	1.796.338,23	246.155,44	0,79	-86,30	- 1.550.182,79	7.660.117,91	2,39
Terrenos	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Edificações	1.736.973,61	1.964.613,86	6,34	13,11	227.640,25	26.703.061,27	8,34
Outras Despesas de Capital	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Total de Inversões Financeiras	1.736.973,61	1.964.613,86	6,34	13,11	227.640,25	26.703.061,27	8,34
Total das Despesas de Capital	3.533.311,84	2.210.769,30	7,14	-37,43	- 1.322.542,54	34.363.179,18	10,74
TOTAL GERAL DAS VPD'S ORÇAMENTÁRIAS	32.227.678,44	30.973.142,25	100,00	-3,89	- 1.254.536,19	320.032.939,15	100,00
Outras VPD's - Não resultante de Execução Orçamentária							
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.584.331,72	2.584.135,22	98,51	-0,01	- 196,50	30.612.891,00	90,72
Desvalorização de Ativos	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Perdas com Alienação	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	398.546,48	39.193,89	1,49	-90,17	- 359.352,59	3.133.139,90	9,28
TOTAL DAS OUTRAS VPD'S - Não resultante de Execução Orçamentária	2.982.878,20	2.623.329,11	100,00	-12,05	- 359.549,09	33.746.030,90	100,00

No mês, o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas - Orçamentárias foi de R\$ 30.973.142,25. As despesas com Pessoal e Encargos no valor de R\$ 14.433.907,43, correspondeu 46,60% do total das VPD's, seguido pelas despesas com Serviços de Terceiros – PJ no valor de R\$ 10.159.722,25, que correspondeu a 32,80% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. As demais variações orçamentárias somaram R\$ 6.379.512,57, que correspondeu a 20,60 % do total geral das VPD's no mês.

Comparando as despesas de dezembro em relação ao mês anterior, verificamos uma variação de 3,89%, ou seja, uma redução no montante de R\$ 1.254.536,19, em virtude do encerramento do exercício que prevê a interrupção da realização de novo processos de compras (equipamentos, mobiliários em geral, material de consumo, serviços de terceiros e outras modalidades).

Comparando as despesas realizadas com o orçado, verificamos uma variação de 18,90%, ou seja, uma realização a menor no montante de R\$ 74.601.043,85 que o previsto para o exercício de 2021.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL ORÇADO EM 2021	TOTAL REALIZADO EM 2021	% REALIZADO	VARIÇÃO REAL X ORÇ	
				%	R\$
Remuneração de Pessoal	107.099.817,00	98.316.808,89	30,72	-8,20	8.783.008,11
Encargos Patronais	36.772.170,00	30.260.125,30	9,46	-17,71	6.512.044,70
Benefícios a Pessoal	27.632.287,00	22.258.172,06	6,95	-19,45	5.374.114,94
Outras Despesas de Pessoal e Encargos	8.666.083,00	7.925.483,17	2,48	-8,55	740.599,83
Total das Despesas de Pessoal e Encargos	180.170.357,00	158.760.589,42	49,61	-11,88	21.409.767,58
Uso de Material de Consumo	35.952.107,00	27.003.042,47	8,44	-24,89	8.949.064,53
Serviços de Terceiros - PF	4.205.219,00	4.086.811,37	1,28	-2,82	118.407,63
Serviços de Terceiros - PJ	110.422.079,00	84.947.940,28	26,54	-23,07	25.474.138,72
Total de Uso de Bens e Serviços	150.579.405,00	116.037.794,12	36,26	-22,94	34.541.610,88
Outras Despesas Financeiras	910.050,00	632.432,67	0,20	-30,51	277.617,33
Contribuições Confederativas e Federativas	9.787.933,00	10.238.943,76	3,20	4,61	- 451.010,76
Total das Despesas Correntes	341.447.745,00	285.669.759,97	89,26	-16,34	55.777.985,03
Equipamento e Mobiliário em Geral	8.687.501,00	3.907.890,05	1,22	-55,02	4.779.610,95
Veículos	2.170.522,00	2.285.301,69	0,71	5,29	- 114.779,69
Bens Móveis Diversos	-	-	0,00	-100,00	1.238.994,00
Construção em Curso	1.238.994,00	968.999,01	0,30	16,40	- 136.550,01
Benfeitorias	832.449,00	497.927,16	0,16	-40,19	334.521,84
Outros Investimentos	-	-	0,00	0,00	-
Total de Investimentos	12.929.466,00	7.660.117,91	2,39	-40,75	5.269.348,09
Terrenos	-	-	0,00	0,00	-
Edificações	40.256.772,00	26.703.061,27	8,34	-33,67	13.553.710,73
Outras Despesas de Capital	-	-	0,00	0,00	-
Total de Inversões Financeiras	40.256.772,00	26.703.061,27	8,34	-33,67	13.553.710,73
Total das Despesas de Capital	53.186.238,00	34.363.179,18	10,74	-35,39	18.823.058,82
TOTAL GERAL DAS VPD's ORÇAMENTÁRIAS	394.633.983,00	320.032.939,15	100,00	-18,90	74.601.043,85

Ao compararmos o realizado de 2021 com o ano anterior, verificamos uma variação de 8,58%, ou seja, uma realização superior no montante de R\$ 25.293.868,64, frente a esperança gerada pelas vacinas contra a covid-19 que impulsionaram uma retomada, mesmo que acanhada, das atividades e serviços prestados pela Instituição.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2020	2021	% VARIÇÃO 2020 X 2021	
			%	R\$
Remuneração de Pessoal	90.414.059,21	98.316.808,89	8,74	7.902.749,68
Encargos Patronais	28.492.933,99	30.260.125,30	6,20	1.767.191,31
Benefícios a Pessoal	21.013.889,57	22.258.172,06	5,92	1.244.282,49
Outras Despesas de Pessoal e Encargos	7.489.893,74	7.925.483,17	5,82	435.589,43
Total das Despesas de Pessoal e Encargos	147.410.776,51	158.760.589,42	7,70	11.349.812,91
Uso de Material de Consumo	16.892.285,97	27.003.042,47	59,85	10.110.756,50
Serviços de Terceiros - PF	3.549.521,12	4.086.811,37	15,14	537.290,25
Serviços de Terceiros - PJ	85.746.782,70	84.947.940,28	-0,93	- 798.842,42
Total de Uso de Bens e Serviços	106.188.589,79	116.037.794,12	9,28	9.849.204,33
Outras Despesas Financeiras	596.111,73	632.432,67	6,09	36.320,94
Contribuições Confederativas e Federativas	8.281.389,89	10.238.943,76	23,64	1.957.553,87
Total das Despesas Correntes	262.476.867,92	285.669.759,97	8,84	23.192.892,05
Equipamento e Mobiliário em Geral	4.984.157,94	3.907.890,05	-21,59	- 1.076.267,89
Veículos	779.900,00	2.285.301,69	193,02	1.505.401,69
Bens Móveis Diversos	-	-	0,00	-
Construção em Curso	52.667,92	968.999,01	1739,83	916.331,09
Benfeitorias	219.057,45	497.927,16	127,30	278.869,71
Outros Investimentos	-	-	0,00	-
Total de Investimentos	6.035.783,31	7.660.117,91	26,91	1.624.334,60
Terrenos	-	-	0,00	-
Edificações	26.226.419,28	26.703.061,27	1,82	476.641,99
Outras Despesas de Capital	-	-	0,00	-
Total de Inversões Financeiras	26.226.419,28	26.703.061,27	1,82	476.641,99
Total das Despesas de Capital	32.262.202,59	34.363.179,18	6,51	2.100.976,59
TOTAL GERAL DAS VPD's ORÇAMENTÁRIAS	294.739.070,51	320.032.939,15	8,58	25.293.868,64
Outras VPD's - Não resultante de Execução Orçamentária				
Depreciação, Amortização e Exaustão	29.010.030,38	30.612.891,00	5,53	1.602.860,62
Desvalorização de Ativos	-	-	0,00	-
Perdas com Alienação	-	-	0,00	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.666.241,15	3.133.139,90	17,51	466.898,75
TOTAL DAS OUTRAS VPD'S - Não resultante de Execução Orçamentária	31.676.271,53	33.746.030,90	6,53	2.069.759,37

Encargos Patronais (40%)

Os encargos patronais em relação às despesas com Remuneração de Pessoal acrescidas de Outras Despesas de Pessoal e Encargos representou no mês de dezembro 28,45% e no exercício 28,48%, não ultrapassando o parâmetro de 40% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTA CONTÁBIL	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
Remuneração a Pessoal (A)	3.1.1.1.1.01	10.830.772,88	8.640.810,51	98.316.808,89
Encargos Patronais (B)	3.1.2.1.1.01	3.321.678,76	2.617.179,49	30.260.125,30
Benefícios a Pessoal (C)	3.1.3.1.1.01	1.968.617,76	2.616.225,61	22.258.172,06
Outras VPD's - Pessoal e Encargos (D)	3.1.9.1.1	1.142.584,29	559.691,82	7.925.483,17
Total de Pessoal e Encargos		17.263.653,69	14.433.907,43	158.760.589,42
% Percentual $\frac{B}{A+D}$		-	27,74	28,45
			28,45	28,48

Do total acumulado registrado em Outras VPD's – Pessoal e Encargos (D) no valor de R\$ 7.925.483,17, o montante de R\$ 5.245.703,99 trata-se de Indenizações Trabalhistas - Ações Judiciais.

DESCRIÇÃO	CONTA CONTÁBIL	2020	2021
		ACUMULADO	ACUMULADO
Remuneração a Pessoal (A)	3.1.1.1.1.01	90.414.059,21	98.316.808,89
Encargos Patronais (B)	3.1.2.1.1.01	28.492.933,99	30.260.125,30
Benefícios a Pessoal (C)	3.1.3.1.1.01	21.013.889,57	22.258.172,06
Outras VPD's - Pessoal e Encargos (D)	3.1.9.1.1.01	5.672.895,16	2.679.779,18
Indenizações Trabalhistas (D)	3.1.9.1.1.02	1.816.998,58	5.245.703,99
Total de Pessoal e Encargos		147.410.776,51	158.760.589,42
% Percentual $\frac{B}{A+D}$		-	29,10
			28,48

Despesas com Pessoal e Encargos (60%)

As despesas com Pessoal e Encargos, em relação as Receitas Correntes, representou no mês 24,73% e no exercício 38,59%, estando coerente com o percentual de 60% que, historicamente, é considerado razoável para o equilíbrio financeiro, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
Total de Despesas de Pessoal e Encargos (A)	17.263.653,69	14.433.907,43	158.760.589,42
Total das Receitas Corrente (B)	36.140.387,41	58.370.742,01	411.444.974,45
% Percentual $\frac{A}{B}$	47,77	24,73	38,59

DESCRIÇÃO	2020	2021
Total de Despesas de Pessoal e Encargos (A)	147.410.776,51	158.760.589,42
Total das Receitas Corrente (B)	323.606.191,51	411.444.974,45
% Percentual $\frac{A}{B}$	45,55	38,59

Gastos Programa Administração (25%)

As Despesas Correntes do Programa 06 - Administração, em relação às Receitas Correntes, representou 11,45% no mês e no acumulado representou 15,33%, não ultrapassando o limite regulamentar de 25% conforme disposto no artigo 14 das Normas Financeiras do Código de Contabilidade e Orçamento (Codeco) e no critério estabelecido pela Resolução nº 127/1969, para cálculo das despesas com Programa 06 - Administração, conforme quadro abaixo:

RECEITAS CORRENTES X DESPESAS CORRENTES DO PROGRAMA 06 ADMINISTRAÇÃO						
DESCRIÇÃO	NOVEMBRO		DEZEMBRO		ACUMULADO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES (exclusive 6.1.5.2 - Subvenções Correntes e 6.2.3.1. Subvenções Capital)	36.140.387,41	100,00%	58.370.742,01	100,00%	411.444.974,45	100,00%
(+) DESPESAS TOTAL DO PROGRAMA 06	8.887.305,64		9.309.465,89		88.809.050,06	
(-) DESPESAS DE CAPITAL - Implatação e Ampliação	2.093.420,74		1.128.595,59		15.486.343,62	
(-) 5.1.5.3 - Contribuições Confederativas	844.044,98	16,46%	1.496.777,50	11,45%	10.238.943,76	15,33%
(=) DESPESAS CORRENTES DO PROGRAMA 06 - excluído 5.1.5.3 Contribuições Confederativas	5.949.839,92		6.684.092,80		63.083.762,68	

RECEITAS CORRENTES X DESPESAS CORRENTES DO PROGRAMA 06 ADMINISTRAÇÃO				
DESCRIÇÃO	2020		2021	
	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES (exclusive 6.1.5.2 - Subvenções Correntes e 6.2.3.1. Subvenções Capital)	323.606.191,51	100,00%	411.444.974,45	100,00%
(+) DESPESAS TOTAL DO PROGRAMA 06	100.865.696,68		88.809.050,06	
(-) DESPESAS DE CAPITAL - Implatação e Ampliação	22.510.603,52		15.486.343,62	
(-) 5.1.5.3 - Contribuições Confederativas	8.281.389,89	21,65%	10.238.943,76	15,33%
(=) DESPESAS CORRENTES DO PROGRAMA 06 - excluído 5.1.5.3 Contribuições Confederativas	70.073.703,27		63.083.762,68	

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Não Resultante De Execução Orçamentária)

A conta contábil Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, apresenta no mês um saldo de R\$ 39.193,89.

No acumulado temos um saldo de R\$ 3.133.139,90, sendo que desse montante, R\$ 1.947.755,01 trata-se do registro diversos tais como: descarte e/ou baixa de itens de almoxarifados, sendo material impróprio para consumo ou doação conforme autorização da Diretoria, bem como, baixas referente a equipamentos mobiliários em geral, bens móveis não encontrados, extraviados, furtados, inservíveis, obsoletos, danificados e/ou não mais patrimoniados, conforme autorizações do Conselho Regional, através de Resoluções anexas aos processos internos do Sesc em Minas, relacionados no histórico dos registros, reclassificações de registros contábeis; R\$ 531.792,28 e R\$ 363.165,37 é referente a saldo residual sobre baixa patrimonial de equipamentos, veículos e bens móveis diversos, conforme autorização do Conselho Regional, através das Resoluções nº 11/2021 de 27/07/2021 e nº 12/2021 de 27/07/2021, constantes no processo interno Sesc em Minas nº 1480/2020, nº 1494/2020, nº 2171/2020, nº 1785/2021, nº 0838/2021, nº 4699/2019 e nº 1790/2021 e Resoluções Nº 17/2021 de 18/10/2021 e Nº 20/2021 de 23/11/2021, constantes no processo interno Sesc em Minas Nº 2295/21 e Nº 01493/20 respectivamente; R\$ 290.427,24 trata-se do registro contábil efetuado em fevereiro do recálculo das Contribuições Especiais, devidas ao Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão e ao Plano

Misto de Benefícios – SUPREV, conforme valores definitivos posicionados em 31/12/2020 pelo ofício CCA-TEC 0176/2021 de 16 de fevereiro deste ano, emitido pela Conde Consultoria Atuarial (cópia do ofício anexo ao Balancete Mensal de Fevereiro-2021).

Conforme CF/SESC/MEMO/CIRCULAR/054/19, expedida em 07/05/2019, o razão contábil dessas contas são encaminhados mensalmente no Balancete.

21. Realizações acima do Duodécimo e/ou Orçado no Exercício

Considerando o exposto no art. 51 do CODECO alínea “d”, que solicita: “nota explicativa contendo justificativa dos excessos de despesas verificados, conforme disposto em parágrafo único do art. 22”, informamos que no mês, as despesas das verbas: 5.1.1.3 – Benefícios a Pessoal; 5.1.2.2 – Serviços de Terceiros - PF; 5.1.2.3 – Serviços de Terceiros - PJ; 5.1.5.3 – Contribuições Confederativa e Federativas e, 5.2.1.4 – Construções em Curso ultrapassaram o duodécimo da Instituição. Até o mês, as verbas ultrapassaram o duodécimo da Instituição são: 5.1.5.3 – Contribuições Confederativa e Federativas e, 5.2.1.2 – Veículos.

Verbas que ultrapassaram o limite orçado para o exercício

Para o exercício de 2021, as verbas 5.1.5.3 – Contribuições Confederativa e Federativas e, 5.2.1.2 – Veículos, ultrapassaram o limite total orçado para o exercício de 2021, sendo submetidas à aprovação do Conselho Regional.

22. Indicadores Financeiros

- **Liquidez Imediata (instantânea):** considera o total das disponibilidades efetivas em relação ao exigível imediato. Refere-se à capacidade de pagamento da Instituição, imediatamente. Para cada R\$ 1,00 de Exigibilidade Imediata a Instituição possui R\$ 21,85, para pronta utilização.

$$\frac{686.154.942,30}{31.400.018,47} = 21,85$$

- **Liquidez Corrente:** considera o Ativo Circulante em relação ao Passivo Circulante. Para cada R\$ 1,00 de compromisso de custo prazo a Instituição dispõe de R\$ 10,84, para pronta utilização.

$$\frac{790.669.626,55}{72.915.815,72} = 10,84$$

- **Liquidez Geral:** considera o Ativo Real [Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas Antecipadas)] em relação ao Passivo Real [Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)]. Para cada R\$ 1,00 de obrigações, a Instituição dispõe de R\$ 24,09 de recursos financeiros em caso de conversão total dos valores realizáveis.

$$\frac{780.867.289,58}{32.415.319,88} = 24,09$$

- **Índice de endividamento:** indica o total dos comprometimentos – Passivo Circulante, em relação ao total do Ativo Circulante da Instituição. O Passivo Circulante representa 9,22% do Ativo Circulante da Instituição.

$$\frac{72.915.815,72}{790.669.626,55} = 9,22$$

- **Mobilização do Patrimônio Líquido:** indica quanto do Patrimônio Líquido da Instituição está aplicado no Ativo Não Circulante - Imobilizado. A Instituição possui 61,22% do Patrimônio Líquido investido no Ativo Imobilizado.

$$\frac{1.132.924.947,08}{1.850.681.671,54} = 61,22$$

- **Reserva Técnica:** indica quantos meses as disponibilidades da Instituição suportariam frente à média mensal das despesas orçamentárias. Comparando a despesa orçamentária média no ano, a disponibilidade da Instituição é equivalente a 27 meses e 1 dia de custeio.

$$\frac{721.181.615,78}{26.669.411,60} = 27,04$$

23. Superávit/Déficit

Resultado Operacional

O Resultado Operacional: indica o total da Receita – VPA Corrente em relação ao total da Despesa – VPD Corrente.

RESULTADO OPERACIONAL	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
Receitas Correntes - VPA's Correntes	36.140.387,41	58.370.742,01	411.444.974,45
Despesas Correntes - VPD's Correntes	28.694.366,60	28.762.372,95	285.669.759,97
RESULTADO OPERACIONAL	7.446.020,81	29.608.369,06	125.775.214,48
VARIAÇÃO %	79,40%	49,28%	69,43%

RESULTADO OPERACIONAL	2020	2021	% VARIAÇÃO 2020 X 2021	
			%	R\$
Receitas Correntes - VPA's Correntes	323.606.191,51	411.444.974,45	2714,37%	87.838.782,94
Despesas Correntes - VPD's Correntes	262.476.867,92	285.669.759,97	883,62%	23.192.892,05
RESULTADO OPERACIONAL	61.129.323,59	125.775.214,48	10575,27%	64.645.890,89
VARIAÇÃO %	81,11%	69,43%		-

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro: indica o total da VPA's orçamentárias em relação ao total das VPD's orçamentárias, incluindo as receitas e despesas de capital.

RESULTADO FINANCEIRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
Total Geral das VPA's - Orçamentárias	36.140.387,41	58.370.742,01	411.528.857,99
Total Geral das VPD's - Orçamentárias	32.227.678,44	30.973.142,25	320.032.939,15
RESULTADO FINANCEIRO	3.912.708,97	27.397.599,76	91.495.918,84
VARIAÇÃO %	89,17%	53,06%	77,77%

RESULTADO FINANCEIRO	2020	2021	% VARIAÇÃO 2020 X 2021	
			%	R\$
Total Geral das VPA's - Orçamentárias	323.606.191,51	411.528.857,99	27,17%	87.922.666,48
Total Geral das VPD's - Orçamentárias	294.739.070,51	320.032.939,15	8,58%	25.293.868,64
RESULTADO FINANCEIRO	28.867.121,00	91.495.918,84	216,96%	62.628.797,84
VARIAÇÃO %	91,08%	77,77%		-

Resultado Patrimonial

Resultado Patrimonial: indica o total geral das Variações Patrimoniais Aumentativas em relação ao total geral das Variações Patrimoniais Diminutivas, mais as Variações Patrimoniais não Resultantes de Execução Orçamentária, e Investimentos e Inversões Financeiras.

RESULTADO PATRIMONIAL	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
Total Geral das VPA's - Orçamentárias	36.140.387,41	58.370.742,01	411.528.857,99
Total Outras VPA's - Não resultante de Execução Orçamentária	82.464,11	0,10	1.596.414,37
Total dos Investimentos e Inversões Financeiras	3.533.311,84	2.210.769,30	34.363.179,18
TOTAL "A"	39.756.163,36	60.581.511,41	447.488.451,54
Total Geral das VPD's - Orçamentárias	32.227.678,44	30.973.142,25	320.032.939,15
Total Outras VPD's - Não resultante de Execução Orçamentária	2.982.878,20	2.623.329,11	33.746.030,90
TOTAL "B"	35.210.556,64	33.596.471,36	353.778.970,05
RESULTADO PATRIMONIAL (A - B)	4.545.606,72	26.985.040,05	93.709.481,49

A movimentação do resultado, encontra-se apresentada abaixo:

RESULTADO PATRIMONIAL	2020	2021	% VARIAÇÃO 2020 X 2021	
			%	R\$
Total Geral das VPA's - Orçamentárias	323.606.191,51	411.528.857,99	27,17%	87.922.666,48
Total Outras VPA's - Não resultante de Execução Orçamentária	10.069.819,79	1.596.414,37	-84,15%	- 8.473.405,42
Total dos Investimentos e Inversões Financeiras	32.262.202,59	34.363.179,18	6,51%	2.100.976,59
TOTAL "A"	365.938.213,89	447.488.451,54	22,29%	81.550.237,65
Total Geral das VPD's - Orçamentárias	294.739.070,51	320.032.939,15	8,58%	25.293.868,64
Total Outras VPD's - Não resultante de Execução Orçamentária	31.676.271,53	33.746.030,90	6,53%	2.069.759,37
TOTAL "B"	326.415.342,04	353.778.970,05	8,38%	27.363.628,01
RESULTADO PATRIMONIAL (A - B)	39.522.871,85	93.709.481,49		-

A Instituição encerrou o ano, com um superávit no resultado patrimonial, no montante de R\$ 93.709.481,49.

24. Considerações Finais

As demonstrações representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, as informações necessárias para análise da situação Econômico-Financeira e Patrimonial do Sesc em Minas, em 31 de dezembro de 2021, estando em conformidade com a política e as diretrizes do planejamento adotadas pela Instituição.

Conforme os dados apresentados, podemos afirmar que a situação Econômico-Financeira e Patrimonial do Sesc em Minas permanece estável e sólida.

A Instituição encerra o ano com um resultado Operacional com superávit de R\$ 125.775.214,48, um resultado Financeiro com superávit de R\$ 91.495.918,84 e um resultado Patrimonial acumulado com superávit de R\$ 93.709.481,49.

À disposição de V. S^a. para quaisquer outros esclarecimentos sobre as peças do balanço, subscrevemo-nos.

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2022.




JOELMA LIMA FONTOURA
COORDENADORA CONTÁBIL E FISCAL
CPF: 743.951.146-87
CRCMG: 80777/O-4



ISAAC ALEXANDRE DA SILVA CARDOSO
GERENTE FINANCEIRO CONTÁBIL
CPF: 078.959.496-08
SESC/MG



LUCIANO DE ASSIS FAGUNDES
DIRETOR REGIONAL
CPF: 811.533.416-20
SESC/MG



LÁZARO LUIZ GONZAGA
PRESIDENTE
CPF: 130.106.546-34
SESC/MG